

**O BRASIL DO SÉCULO XXI:
A VIVACIDADE DO CAPITAL COMO FATOR DETERMINANTE
DA EXPANSÃO MACROECONÔMICA E DOS CONFLITOS
INTERNOS**

**BRAZIL IN THE 21ST CENTURY:
THE VIVACITY OF CAPITAL AS A DETERMINING FACTOR IN
MACROECONOMIC EXPANSION AND INTERNAL CONFLICTS**

Antonio Francisco Lopes Dias¹

<https://orcid.org/0000-0001-9229-8577>

João Paulo Rabello de Castro Centelhas²

<https://orcid.org/0000-0001-5142-6966>

Manuela Nunes Leal³

<https://orcid.org/0009-0009-2077-0866>

Resumo: No Artigo se discute sobre como o Capital, mediante sua lógica e seus poderes, mantém-se como fator ativo — condicionante e determinante — do modelo de expansão macroeconômica e dos conflitos internos que configuram a existência do estado brasileiro no/do século XXI. Considerando esta perspectiva, o objetivo geral é analisar algumas estratégias que o Capital utiliza para se reproduzir, de modo cada vez mais potente, no contexto histórico-geográfico brasileiro, com destaque para algumas consequências, tais como: conflitos no campo, degradação da natureza e o aprofundamento das desigualdades sociais. Para tanto, realizou-se uma pesquisa bibliográfica sobre as categorias teóricas do capital, da política macroeconômica do Brasil contemporâneo e dos conflitos fundiários/territoriais no Brasil, bem como o uso de dados documentais junto à Comissão Pastoral da Terra (CPT). Este caminho possibilitou a elaboração e divisão do conteúdo do Artigo em três momentos: no primeiro, aborda-se sobre como o Capital, necessariamente, constitui sua existência como poder lógico determinante das condições da Natureza e da vida em sociedade. No segundo momento, desenvolve-se um debate sobre a crise dos anos de 1980 e o período da administração neoliberal no Brasil a partir do regime de acumulação com dominância financeira, responsável pela manutenção de desigualdades estruturais geradoras de conflitos. Na última parte, analisa-se a participação ativa do capital e do Estado na produção de conflitos em torno da terra, da água e do trabalho.

¹ Professor Associado (na UESPI), área Filosofia. Doutor em Filosofia da Educação (UFPEL); Mestre em Filosofia (UFC). Docente Permanente do Mestrado Profissional em Filosofia (PROF-FILO, UFPI). Líder do Grupo de Pesquisa O-CALS (O Capital como Lógica da Sociedade). Coordenador Nacional do GT Ética e Cidadania, da ANPOF. Email: antoniodias@cceca.uespi.br Lattes: <http://lattes.cnpq.br/0523200571305788>

² Professor Adjunto do Curso de Geografia da Universidade Estadual do Piauí (UESPI). Doutor em Geografia Humana (USP); Mestre em Geografia (UFRJ). Email: joaocentelhas@gmail.com; Lattes: <https://lattes.cnpq.br/1201770886106700>

³ Professora Adjunta do Curso de Geografia da Universidade Estadual do Piauí (UESPI). Doutora em Geografia (UFS); Mestre em Políticas Públicas (UFPI). Email: manuelanunes@ccm.uespi.br Lattes: <http://lattes.cnpq.br/1592510874838638>

Palavras-chave: Brasil. Estado capitalista. Lógica do Capital. Reestruturação neoliberal. Conflitos territoriais.

Abstract: This article discusses how Capital, through its logic and power, maintains itself as an active factor —conditioning and determining — in the macroeconomic expansion model and the internal conflicts that shape the existence of the Brazilian state in the 21st century. Considering this perspective, the general objective is to analyze some strategies that Capital uses to reproduce itself, in an increasingly powerful way, within the context of macroeconomic expansion in Brazilian territory, highlighting some consequences such as: conflicts in the countryside, spoliation of nature, and the deepening of social inequalities. To this end, a bibliographic research was carried out on the theoretical categories of capital, the macroeconomic policy of contemporary Brazil, and land/territorial conflicts in Brazil, as well as the use of documentary data from the Pastoral Land Commission (CPT). This approach allowed for the elaboration and division of the article's content into three parts: the first addresses how Capital necessarily constitutes its existence as a logical power that determines the conditions of Nature and life in society. In the second part, a debate develops on the crisis of the 1980s and the period of neoliberal administration in Brazil, focusing on the regime of accumulation with financial dominance, responsible for maintaining structural inequalities that generate conflicts. In the final part, the active participation of capital and the State in the production of conflicts surrounding land, water, and labor is analyzed.

Keywords: Brazil. Capitalist State. Logic of Capital. Neoliberal Restructuring. Territorial Conflicts.

1. INTRODUÇÃO

O presente artigo tem como objetivo analisar as diferentes formas pelas quais o capital se utiliza de estratégias para sua reprodução ampliada no contexto da expansão macroeconômica no território brasileiro, destacando algumas de suas implicações, como os conflitos no campo, a espoliação da natureza e o aprofundamento das desigualdades sociais.

O encaminhamento metodológico baseia-se em revisão bibliográfica acerca das categorias teóricas do capital, da política macroeconômica do Brasil contemporâneo e dos conflitos fundiários/territoriais no Brasil, bem como em pesquisa documental junto à Comissão Pastoral da Terra (CPT), com destaque para a recente publicação *Atlas dos Conflitos no Campo Brasileiro*.

O trabalho está estruturado da seguinte forma: a introdução; no primeiro tópico, discute-se a força do capital e suas estratégias de ampliação e acumulação de lucros por meio da mercantilização da natureza e das sociabilidades; no segundo tópico, desenvolve-se um debate sobre a crise dos anos 80 e o período da administração neoliberal no Brasil a partir do regime de acumulação com dominância financeira, responsável pela manutenção de desigualdades estruturais geradoras de conflitos; por fim, a última seção analisa o papel do capital e do Estado na produção de conflitos em torno da terra, da água e do trabalho.

2. O CAPITAL E SUA EXISTÊNCIA COMO PODER LÓGICO DA NATUREZA E DA SOCIABILIDADE

O processo histórico de desenvolvimento do capitalismo como modo de produção no continente americano é exemplo do corpo-espírito economicamente explorador, politicamente opressor, e moral e culturalmente alienante da lógica e dos poderes do Capital, cujos efeitos são a produção e a acumulação desse modo de produção como fator determinante da degradação das condições salutaras da vida animal e vegetal. Esse caráter destrutivo e predador do capitalismo foi denunciado por Rousseau que, em seu *Discurso sobre a origem e os fundamentos das desigualdades entre os homens*, afirmou:

O primeiro [Homem] que, tendo cercado um terreno, atreveu-se a dizer: *Isto é meu*, e encontrou pessoas simples o suficiente para acreditar nele, foi o verdadeiro fundador da sociedade civil. Quantos crimes, guerras, assassinios, quantas misérias e horrores não teria poupado ao gênero humano aquele que, arrancando as estacas ou enchendo o fosso, houvesse gritado aos seus semelhantes: “evitai ouvir esse impostor. Estareis perdidos se esquecerdes que os frutos são de todos e que a terra é de ninguém”. (Rousseau, 2002, p. 203).

Rousseau está indicando que o capitalismo moderno se desenvolveu por meio da ética do egoísmo, e se materializou sob a forma de propriedade privada do tipo burguesa, sancionada pelo aparato do Estado moderno. A ganância moveu o moderno “espírito” do capitalismo, como diria Max Weber, na direção de se apoderar dos poderes estatais para, então, validar e legitimar a propriedade privada, os lucros, a expropriação do/pelo trabalho. Esse caráter perverso do Capital(ismo) é denunciado pelo filósofo Friedrich Engels ao expressar a seguinte avaliação:

Desconheço uma classe tão profundamente imoral, tão incuravelmente corrupta, tão incapaz de avançar para além do seu medular egoísmo como a burguesia inglesa, e penso aqui na burguesia propriamente dita, principalmente a liberal [...]. Para ela, o mundo (inclusive ela mesma) só existe em função do dinheiro; a única felicidade que desfruta é ganhar dinheiro rapidamente e o único sofrimento que pode experimentar é perdê-lo. (Engels, 2010, p. 307).

Engels e Marx (1998) sustentam a tese de que o Estado, apesar de apresentado como esfera de defesa e realização dos interesses de todas as pessoas, atua justificando as mazelas geradas pelos interesses capitalistas. Na obra *A origem da família, da propriedade privada e do Estado*, Engels argumenta que o modelo de família, e por extensão de sociedade, são estruturados para fundamentar o capitalismo como modo de produção baseado na propriedade privada burguesa; e que esse tipo de propriedade e aquele modo de produção buscam aglutinar-se aos poderes institucionais (jurídicos, legislativos, executivos, educacionais, religiosos) visando legitimar as condições de exploração econômica, opressão política, e alienação intelectual, moral e cultural (Engels, 2019).

Esse modelo de produção capitalista, moldado pela estratégia da colonização, foi implementado nas Américas, no Brasil de ontem, e que se mantém sendo aperfeiçoado. No Brasil dos dias de hoje, o Capital persiste:1) enquanto lógica macroeconômica oligárquica-rentista; 2) como prática geradora de conflitos no campo e na cidade, pela exploração das riquezas das águas, da terra e do trabalho. No começo desse desenvolvimento histórico do capitalismo no Brasil estão os danos causados pelo expropriador europeu.

Eram três as caravelas
Que chegaram d'além mar
E a terra chamou-se América
Por ventura? Por azar?
Não sabia o que fazia, não
Dom Cristóvão, capitão
Trazia, em vão, Cristo em seu nome
E em nome dele, o canhão
[...]
Eram só três caravelas
E valeram mais que um mar
Quanto aos índios que mataram
Ah, ninguém pôde contar
Quando esses homens fizeram
O mundo novo e bem maior
Por onde andavam nossos deuses
Com seus andes, seu condor?
[...]
Diz, América que és nossa
Só porque hoje assim se crê
Há motivo para festa?
Quinhentos anos de quê?
(Belchior, Bahiuno, 1993).

Aqui, no Brasil, aqueles “homens fizeram [as bases de] um mundo novo e bem maior” a fim de amparar os desígnios da exploração, da opressão e da alienação pelo capitalismo. As tais bases são, desde o início, condições forjadas por meio dos poderes (executivo, legislativo, jurídico, ideológico, etc.) do Estado, poderes que são expressões materiais da lógica do Capital que objetiva existir como fonte modeladora e gestora das condições das vidas (animal e vegetal), mediante a exploração da Natureza e do mundo do trabalho. Por esse caminho, engendra as condições materiais para atacar, deteriorar e aniquilar

o pressuposto de toda a existência humana [...] o pressuposto de que os homens têm de estar em condições de viver para poder “fazer história”. Mas, para viver, precisa-se, antes de tudo, de comida, bebida, moradia, vestimenta e algumas coisas mais. O primeiro ato histórico é, pois, a produção dos meios para a satisfação dessas necessidades, a produção da própria vida material. (Marx e Engels, 2007, p. 32-33).

De modo contínuo, o Capital se apropriou de meios para destruir as condições requeridas à satisfação das necessidades das vidas. Apesar disso, seus apologetas o proclamam como sustentáculo da vitalidade da Natureza, o que não passa de mera estratégia ideológica para se preservar como lógica da sociabilidade.⁴ De fato, o Capital “[...] é o fundamento da sociedade burguesa” (Marx, 2011, p. 261); “o Capital é a potência econômica da sociedade burguesa que tudo domina. Tem de constituir tanto o ponto de partida quanto o ponto de chegada” (Marx, 2011, p. 60), para se edificar como fator hegemônico. “O capital é um produto coletivo e só pode ser posto em movimento pelos esforços combinados de muitos membros da sociedade. O capital não é portanto, um poder pessoal: é um poder social (Marx e Engels, 1998, p. 52) porque *derivado* das relações sociais, e que precisa dominar inclusive no campo da idéias.

Ontologicamente, o Capital é um composto de relações/práticas sociais de produção; epistemologicamente, Ele é uma categoria de síntese explicativa dos caracteres e do funcionamento da realidade capitalista, cujos fundamentos são: a exploração da Natureza, o trabalho assalariado, a propriedade privada do tipo burguesa, a liberdade de comércio, a produção de mercadorias, o dinheiro, os lucros etc. Contudo, para se materializar com essa configuração, o Capital precisa plasmar-se como princípio lógico ordenador da Natureza e da *práxis* social, firmar-se como fundamento ontoepistemológico das relações e práticas sociais, políticas, econômicas entre o Eu e o Outro no Mundo. “O Capital [...] não tolera absolutamente nada acima de si. (Mészáros, 2011, p. 124).

A ordem social [decorrente da lógica] do capital é estruturada de um modo profundamente iníquo e não poderia em absoluto funcionar de outra forma. Por sua própria natureza, o capital deve sempre reter para si todo o poder significativo de decisão, partindo desde as menores células constitutivas do sistema até os mais altos níveis de controle societário geral (Mészáros, 2007, p. 232).

A lógica do Capital é, pois, um conjunto de princípios, teorias, valores e práticas que explicam e tentam justificar desenvolvimentos históricos onde a existência da Natureza e da vida humana estão subordinados a interesses comerciais e industriais. A lógica do Capital requer que a exploração, a opressão e a alienação sejam admitidas não como mazelas do sistema capitalista, mas como causa natural e inexorável das relações/práticas sociais. Sendo assim

⁴ No Brasil, e no mundo, a lógica do Capital tem sido defendida da acusação de será principal causa de destruição da Natureza. Para isso, utilizamos argumento de que a vida do Capital é compatível com uma *ética da sustentabilidade*. Todavia, essa suposta ética configura-se apenas na forma de leis e documentos, nunca em ações eficazes de combate à destruição da Natureza. O paradigma da sustentabilidade é tão-somente um discurso ideológico, isto é, um discurso cheio de “lacunas”, “de silêncios” (Chauí, 2008, p. 109), que mascara a realidade ao garantir, por exemplo, que os produtores do “mundo agro” (grandes pecuaristas e agriculturas) preservam a Natureza e são os produtores dos alimentos que chegam cotidianamente nas mesas dos brasileiros.

admitido, o Capital é legitimado para explorar economicamente a Natureza, ainda que isso implique na destruição das condições da vida no plano terrestre. Enfim, é o movimento de mobilização de poderes para se concretizar como fonte condicionante dos bens naturais e do mundo da vida dos homens, eis o que denominamos como ações em prol da lógica do Capital.

Tendo em vista se estabelecer como autêntico poder diretor e explorador da Natureza e da vida em sociedade, o Capital usurpa os poderes do Estado. Eis o porquê de Marx e Engels (1998, p. 42) afirmarem que “o Estado moderno é um comitê [executivo, legislativo e judiciário] para gerir os negócios comuns da classe burguesa”. O principal “negócio” da burguesia é ficar mais rica; os requisitos imprescindíveis para o sucesso desse negócio são: 1) produzir para lucrar; 2) utilizar exaustivamente a Natureza como matéria prima da produção; 3) precarizar as condições daqueles que geram as riquezas mediante o trabalho que realizam.

Essas três ações estão intrinsecamente conectadas porque, afinal, “o *trabalho* dos homens *sobre a Natureza*” é uma das principais atividades constituintes da sociabilidade (Marx e Engels, 2007, p. 39). O trabalho medeia, desde sempre, as relações dos homens entre si e com a Natureza. Em razão disso, o Capital necessita, para subsistir e se potencializar, subjugar a atividade laboral que incide sobre a Natureza, de modo que o trabalho e os bens naturais existam como instrumentos de concretização dos “negócios” capitalistas. Para auxiliar o Capital nessa tarefa, o Estado, mediante seus aparelhos, formula leis e projetos que “flexibilizam” (facilitam) a exploração, a opressão e alienação das forças de trabalho, e (até mesmo) financiam, com dinheiro público, o empresariado disposto a fazer a espoliação colossal das águas, dos minérios, das terras, do petróleo, dos gases, etc. Os ideólogos e agentes da lógica do Capital se aproveitam dos poderes do Estado, bem como da necessidade que os homens têm de trabalhar, para destruir a Natureza e criar uma sociedade doente. Um diagnóstico sintético dessa situação nos é dado por Nancy Fraser ao afirmar que a atual forma de existir do Capital, o capitalismo, está

canibalizando áreas inteiras e formas de riqueza que são condições prévias essenciais para o desenvolvimento e funcionamento do capitalismo — como riquezas expropriadas da natureza (ar respirável, terras aráveis e água potável) e dos povos subjugados; [...]; bens e poderes públicos que fornecem infra-estruturas materiais e jurídicas de que o capital necessita para funcionar — o sistema devora a democracia, o cuidado e o planeta constituindo uma série de conflitos que até agora pareciam estar isolados. (Fraser, 2024, p. 37, tradução nossa).

O Capital, por meio de sua lógica e poderes, busca aparecer como caminho inexorável da Natureza do trabalho, da sociabilidade. Ele, porém, está submetido às leis do movimento material-dialético da realidade pelo qual “não se pode conceber o mundo como um conjunto de

coisas acabadas, mas como um conjunto de *processos*, em que as coisas que parecem estáveis [...] passam por uma série ininterrupta de transformações” (Engels, 1987, p. 195).

As relações sociais estão intrinsecamente ligadas às forças produtivas [constituintes de determinado modo de produção de certo período histórico]. [Todavia], adquirindo novas forças produtivas, os homens transformam o seu modo de produção e, ao transformá-lo, alterando a maneira de ganhar sua vida, eles transformam todas as suas relações sociais. [...]. Há um movimento [dialético] contínuo de crescimento nas forças produtivas, de destruição nas relações sociais, de formação nas ideias (Marx, 1985, p. 106).

E qual é motor do movimento dialético? “A contradição é a raiz de todo o movimento e vitalidade [do real]; somente na medida em que uma coisa tem em si uma contradição é que ela se move, possui impulso e atividade” (Hegel, 2011, p. 165). A contradição mora, pois, dentro do Capital, e sua força gera fissuras que são circunstâncias e caminhos para as lutas tendo em vista a *superação* da lógica e dos poderes capitalistas.

Enfim, concluímos esta seção asseverando que a longevidade e a expansão do capitalismo enquanto modo de produção exige que a lógica do Capital se firme como fator determinante e gerenciador dos bens naturais, das vidas em geral e, portanto, das condições da sociabilidade. Todavia, em razão de sua condição dialética, a lógica do Capital e seus poderes não consegue se eternizar como *critério de verdade da Natureza e das vidas*. O próprio movimento do Capital gera contradições (feridas) internas que o magoam, e essas feridas podem ser vislumbradas na análise das ações do Estado brasileiro que patrocinam: 1) no sistema macroeconômico mundial, o modo de (re)produção oligárquica-rentista (seção 3); 2) no plano interno, ações do Estado em favor da expansão do Capital e geradora de conflitos no campo: pela terra, água e trabalho (seção 4).

3. A INSERÇÃO PERIFÉRICA DO BRASIL NA REESTRUTURAÇÃO NEOLIBERAL DO CAPITALISMO

Um breve mergulho na economia-política do Brasil a partir da crise dos anos 80 até o presente é necessário para se estruturar uma das dimensões referenciais ao escrutínio das transformações por quais o país tem passado e identificar os desafios que se erguem diante de um caminho de desenvolvimento nacional que visa equilibrar soberania, justiça social e sustentabilidade ambiental.

Um fator decisivo e estrutural na administração político-econômica de vários Estados-nacionais no sistema mundial ocorre a partir da crise sistêmica do capitalismo nos anos 70 e 80. A crise emergirá a partir do centro do sistema mundial capitalista, repercutindo sobre as

relações de interdependência entre centro e periferia, intensificando as trocas desiguais e a espoliação da renda nacional via o aumento do endividamento externo nos anos 80 (em grande medida devido à política de aumento da taxa de juros pelo FED - Banco Central dos EUA).

Países como Brasil, México, Turquia, Argentina, África do Sul, entre outros, buscavam complexificar suas economias nacionais via programas de “substituição de importações” e desenvolvimento técnico-científico, alcançando inclusive resultados notáveis. No caso brasileiro, o país alcançou uma taxa média de crescimento entre 1947-1980 de 6,2% ao ano (Bacha; Tombolo; Versiani, 2023), consolidou uma robusta infraestrutura de transporte, educação e indústria, mas conservou tal “modernização” mediante forte concentração de renda, de propriedade e dos acessos aos bens e serviços públicos. Nos termos de Becker e Egler (2003), tratou-se de uma “modernização conservadora”, onde se manteve inalterada a estrutura fundiária neocolonial, a desigual distribuição de renda e o acesso exclusivo aos meios de produção. Todavia, a luta de classes e a pressão dos movimentos progressistas e trabalhistas sobre a estrutura oligárquica nacional obteve ganhos expressivos a partir da consolidação de direitos do trabalho e de proteção social. Esse período consolidou direitos como salário-mínimo, jornada de trabalho, férias remuneradas, previdência social ampliada e a própria CLT, que estruturou o mercado de trabalho formal (Carvalho Filho, 2021). Este parco “Estado de bem-estar social” periférico, alcançado a duras penas por movimentos e organizações de trabalhadores e sindicatos, sempre conviveu com a sua negação ante a contextos autoritários e de “estado de exceção” no Brasil.

Entretanto, nesta dialética de forças antagônicas algo maior se reestruturou a partir dos anos 80. A forte expansão do “milagre econômico” brasileiro, entre 1969 e 1973, alcançou limitações estruturais, especialmente em razão da mudança do cenário internacional, da crise do capitalismo nos países centrais e o reflexo desse esgotamento aos países que perseguiram uma industrialização dependente, isto é, baseada em endividamento externo e na contínua importação de bens de capital e maquinários às indústrias.

Na década de 70, os sinais de esgotamento da continua expansão do modelo fordista-keynesiano em países centrais começam a se tornar expressivos a partir da queda da taxa de crescimento do PIB. EUA, Europa Ocidental e Japão cresceram a taxas de 4% a 6% ao ano nas décadas de 50 e 60, esse ritmo cai para 2% a 3% ao ano na década de 70 (Harvey, 1992). A incapacidade estrutural de se manter um crescendo permanente de demanda efetiva à reprodução ampliada do capital resulta, portanto, numa das contradições fundamentais do modo de produção capitalista e parte imanente de seu movimento geohistórico cíclico de ascensão e declínio de longa duração. Esta redução na taxa de crescimento do capitalismo central implicará

na reestruturação de seu “regime de acumulação”, já amplamente debatido em variados aspectos e dimensões por Aglietta (2000); Harvey (1992); Jameson (1997); Arrighi (2013), Paulani (2009), Chesnais (2002) e outros.

A reestruturação do regime de acumulação dos anos 80 será denominada em diferentes termos: “acumulação flexível” (Harvey, 1992), “pós-fordismo”, “regime de acumulação com dominância financeira” (Chesnais, 2002; Paulani, 2009). No campo filosófico e das humanidades, tal reestruturação também será diagnosticada por diferentes terminologias: pós-moderno, pós-modernismo, pós-estruturalismo, multiculturalismo, globalização neoliberal, entre outras.

Uma representação consensual sobre esta transição nem sempre será exitosa ou capaz de reunir um aspecto unificador, não obstante, neste transcurso dos anos 80 até a segunda década do século XXI, pode-se afirmar que a tônica predominante no capitalismo global (especialmente, Ocidental) foi o crescente processo de financeirização das economias e das demais dimensões da vida. Pode-se compreender a financeirização, de modo mais restrito, como o processo de valorização do capital realizado por “valorização fictícia”, isto é, sem a produção objetiva de mais-valor pelo trabalho, mediante os juros auferido sobre o crédito, a especulação rentista em bolsas de valores e mercados de câmbio, a dívida pública, os empréstimos bancários, ativos financeiros vinculados à renda fundiária etc. Neste sentido, dos anos 80 para o presente, a quantidade de capital direcionado à valorização financeira cresceu em ritmo muito superior se comparado ao capital investido na economia real.

Na tabela abaixo, reproduzimos os dados apresentados no estudo de Paulani (2013), correspondentes ao período de 1980 a 2010, que demonstra o crescente ritmo de concentração da riqueza mundial em ativos financeiros, representando quase 4 vezes o PNB Mundial e a renda da economia real (todos os bens e serviços produzidos).

Fonte: Paulani (2013).

Um dos aspectos mais importantes desta transição e que é pouco ressaltado nas análises de países do centro é a modificação na política monetária dos EUA, a partir de 1979, resultando no aumento da taxa de juros administrada pelo FED. Este movimento deflagrou um duro golpe contra vários países do Sul Global em processo de industrialização dependente. Com robustas dívidas externas, rolando a juros altos, todos foram capturados de uma só vez a um predatório

Ano	Estoque mundial de ativos financeiros (US\$ trilhões)	PNB mundial (US\$ trilhões)	Relação estoque ativos financeiros/PNB
1980	12	11,8	1,02
1993	53	24,9	2,13
1996	69	30,3	2,28
1999	96	31,1	3,09
2003	118	37,1	3,18
2006	167	48,8	3,42
2007	200	54,8	3,65
2010	209	55,9	3,74

sistema de endividamento, que não apenas drenou a maior parte das reservas internacionais dos países endividados, destruindo sua estabilidade monetária, mas também os submeteu às exigências dos credores internacionais e organismos multilaterais (FMI, BID, Banco Mundial etc.), que ditaram as políticas econômicas a serem adotadas pelos Estados do Sul Global, como a liberalização econômica, a austeridade fiscal e a privatização do patrimônio nacional.

O Brasil entrou no rol de 32 países que renegociaram sua dívida externa no que ficou conhecido como Plano Brady, de 1992. Num momento de crise de liquidez externa e aumento dos juros pelo FED, os países que desejavam manter acesso aos financiamentos externos eram obrigados a implementar ajustes estabelecidos pela doutrina neoliberal do “Consenso de Washington” (Castro, 2011).

Neste sentido, a adoção do receituário neoliberal nos anos 1990 — estabilização monetária, abertura comercial, desregulamentação financeira e privatizações — não apenas reorganizou a economia, mas redefiniu o papel do Brasil na divisão internacional do trabalho.

O país passou por uma abertura comercial acelerada, tornando sua indústria nacional vulnerável à concorrência globalizada, sem políticas robustas de apoio, subsídio ou de inovação, resultando na falência ou venda de centenas de empresas nacionais. Soma-se, também, uma forte política de privatizações, transferindo setores estratégicos (energia, telecomunicações, siderurgia, logística) ao capital privado, frequentemente estrangeiro, reforçando a desnacionalização da economia. De 1990 a 1994, foram privatizadas 33 empresas estatais federais em áreas como siderurgia, petroquímica e fertilizantes (Castro, 2011).

Aliada a esse processo, a doutrina neoliberal se consolidou como uma ortodoxia hegemônica na administração do Estado pautada no “tripé macroeconômico”, isto é, no regime de metas de inflação, no superávit primário e no câmbio flutuante, ratificando um modelo voltado à atração de capitais financeiros, e não ao investimento produtivo. O tripé macroeconômico, ao priorizar rigidamente o controle inflacionário via juros elevados, a disciplina fiscal centrada no superávit primário e o câmbio flutuante frequentemente apreciado, acaba por criar um ambiente adverso ao desenvolvimento industrial e tecnológico no Brasil, pois encarece o crédito de longo prazo, inibe políticas industriais estimuladas por gasto público, ao mesmo tempo que favorece a financeirização e a especialização regressiva da economia em setores primário-exportadores. Essa combinação reduz a capacidade do Estado de coordenar investimentos estratégicos necessários à sociedade, reduz a capacidade de inovação nacional e reforça a dependência tecnológica externa, reproduzindo um padrão de crescimento baixo, vulnerável a choques externos e funcional à manutenção de uma inserção subordinada do país na divisão internacional do trabalho, característica central da condição de subdesenvolvimento brasileiro.

Entretanto, apesar da desindustrialização brasileira e da perda de sua complexidade produtiva, o Brasil na primeira década do século XXI saiu da condição de país devedor em moeda estrangeira a partir da forte apreciação das commodities no mercado internacional conjugada com o crescente volume de bens primários exportados. A partir de 2005, o país quitou integralmente sua dívida com o FMI (Fundo Monetário Internacional), e amplia gradativamente o saldo positivo de reservas internacionais (dólares). Em novembro de 2025, o Brasil possuía um total de US\$360 bilhões em reservas internacionais (BACEN, 2025). Esta nova realidade estratégico-monetária confere ao país maior margem de ação fiscal (a partir de gastos públicos produtivos deficitários), permitindo condições potenciais para uma transformação qualitativa das políticas públicas brasileiras e a melhoria das condições materiais de existência da maior parte da população brasileira.

Todavia, esta mudança de rota envolve incontornavelmente o complexo quadro de correlação de forças que participam na determinação da política macroeconômica do país e de seu sistema público de serviços e investimentos. Neste sentido, a perpetuação do modelo neoliberal de política econômica no Brasil e a conservação de sua inserção primário-exportadora na economia mundial atendem a interesses de poderosos grupos políticos nacionais e internacionais que usufruem de robustos proveitos com a reprodução deste padrão neocolonial de (sub)desenvolvimento. Juros altos beneficiam grandes rentistas da dívida pública e bancos privados que controlam a disponibilidade de crédito; a manutenção do subdesenvolvimento conserva privilégios e precariza a classe trabalhadora de condições materiais que a permita ter ganhos políticos (Marx, 2010); a inserção periférica do país como economia primário-exportadora fortalece o poder político e econômico do latifúndio, que está intimamente vinculado ao controle do território e do Estado (Moreira, 2024).

4. OS CONFLITOS NO CAMPO BRASILEIRO DECORRENTES DA EXPANSÃO DO CAPITAL: TERRA, ÁGUA E TRABALHO

Esse cenário de expansão do capital no campo brasileiro, articulado ao sistema econômico mundial, repercute diretamente nas formas de uso e ocupação da terra, intensificando processos de expropriação dos povos e comunidades tradicionais. Materializa-se, assim, um processo contínuo de perdas territoriais e de degradação socioambiental, impulsionado por esse modelo macroeconômico e legitimado por seu respectivo marco político-jurídico no contexto brasileiro.

Diante desse cenário, lutas e resistências são mobilizadas na busca pela retomada e pela continuidade dos espaços de vida historicamente ocupados. É nesse campo de conflitos que o Estado brasileiro apresenta dados alarmantes relacionados à violência no campo, expressos em estatísticas de ameaças, violações de direitos e perdas de vidas. Nesse contexto, coloca-se a necessidade de compreender: quais são os agentes sociais envolvidos nessa dinâmica? Quais as principais repercussões desses conflitos e quais caminhos podem ser construídos para mitigar suas consequências?

Parte dessas reflexões será construída a partir de uma breve análise do acervo documental da Comissão Pastoral da Terra (CPT), com destaque para sua recente publicação *Atlas dos Conflitos no Campo Brasileiro*. A obra oferece uma leitura sistematizada das conflitualidades existentes, reunindo dados empíricos, mapas, gráficos e textos analíticos que

se mostram fundamentais para a compreensão crítica da realidade agrária e dos conflitos territoriais no Brasil.

O documento acima referenciado consiste em um mapeamento sistemático e consistente dos conflitos no campo brasileiro no período de 1985 a 2023. Trata-se do resultado de ações coletivas desenvolvidas pelo Grupo de Estudos, Pesquisas e Extensão em Geografia Agrária (GeoAgrária), da Faculdade de Formação de Professores (FFP) da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), e pelo Laboratório de Estudos sobre Movimentos Sociais e Territorialidades (LEMT0), da Universidade Federal Fluminense (UFF), em parceria com a Comissão Pastoral da Terra (CPT).

O *Atlas dos Conflitos no Campo Brasileiro* mensura e sistematiza informações relativas aos conflitos trabalhistas, aos conflitos por terra e aos conflitos pelo uso e acesso à água, constituindo-se como importante instrumento analítico para a compreensão das dinâmicas de violência, resistência e disputas territoriais no Brasil.

Para o documento citado, a concepção de conflito é entendida como “contradição em estado prático”. Parte-se da premissa de que, em uma sociedade estruturada por classes e grupos sociais em permanente tensão, os conflitos emergem periodicamente como expressões concretas dessas contradições. Nessa perspectiva, o conflito constitui elemento intrínseco à dinâmica social, e não uma anomalia, como pressupõem abordagens de matriz positivista e/ou funcionalista (Comissão Pastoral da Terra – CPT, 2025).

No jogo das relações de poder que conformam as espacialidades no campo brasileiro, identificam-se múltiplos sujeitos vinculados ao grande capital, tais como empresas de atividade mineral, corporações inseridas em diversas cadeias produtivas, o Estado e agentes envolvidos em práticas de grilagem, entre outros. Em contraposição, emergem, no outro polo dessas conflitualidades, comunidades quilombolas e indígenas, pequenos produtores, trabalhadores sem-terra, assentados da reforma agrária e posseiros. Ambos os grupos, a partir de suas distintas territorialidades, expressam projetos, visões de mundo e expectativas divergentes acerca do desenvolvimento e do futuro do país.

Nessa corrida acelerada pelas possibilidades de acumulação ampliada do capital, o agronegócio, as mineradoras, as empresas de geração de energia e o próprio Estado articulam-se às dinâmicas de incorporação de terras, seja pela abertura de novas fronteiras econômicas, seja pela redefinição de territórios já ocupados. Esses processos ocorrem de forma rápida, seletiva e excludente, frequentemente marcados pela violência. Conforme destaca a Comissão Pastoral da Terra:

a expansão do agronegócio e de outros negócios no campo se dá com a permanente incorporação de novas terras, uma das bases da acumulação do capital. A ampliação do domínio territorial e a abertura de novas fronteiras ocorrem por meio de processos violentos de apropriação e expropriação dos recursos naturais, terras e territórios (Comissão Pastoral da Terra – CPT, 2025, p. 13).

Essa dinâmica de apropriação e espoliação da terra subordina territórios de povos e comunidades tradicionais, camponeses, assentados da reforma agrária e diversos trabalhadores que se inserem nesses itinerários territoriais em busca contínua de meios de subsistência e postos de trabalho. Em muitos casos, essa subordinação resulta na submissão a condições degradantes, inclusive ao trabalho escravo.

A permanência da inserção subordinada do Brasil na divisão internacional do trabalho contribui para a reprodução da perda de direitos, da mercantilização da natureza e da intensificação de múltiplas formas de violência no campo. Essa realidade se reflete nos dados consolidados para o período de 1985 a 2023, que registram a ocorrência de 50.950 conflitos no campo brasileiro. Desses:

41.109 (80,8%) foram embates envolvendo disputas por terra enquanto centralidade, sendo 31.013 (60,9%) ocorrências de violência contra a ocupação e a posse e 10.096 (19,9%) ações de movimentos sociais, por meio de ocupações (8.944) e acampamentos (1.152), correspondente a 17,6% e 2,3% dos conflitos, respectivamente (Comissão Pastoral da Terra (CPT), 2025, p.24)

Os dados evidenciam a centralidade das disputas pela terra diante da ofensiva do capital, seja pela ampliação de fronteiras econômicas, pela especulação fundiária, pela consolidação de cadeias produtivas complexas voltadas à produção de commodities ou pela construção de obras estruturantes destinadas a atender às demandas dessas atividades. Nesse cenário, tanto o poder público quanto o setor privado configuram-se como agentes diretamente responsáveis por uma ofensiva contínua e crescente aos direitos territoriais e ao próprio direito à vida em diferentes espaços do país.

Em contrapartida, parte expressiva dos conflitos manifesta-se por meio de ações de resistência protagonizadas por movimentos sociais, materializadas em ocupações, acampamentos e processos de retomada territorial.

Assim, os conflitos relacionados à terra dizem respeito, fundamentalmente, ao acesso aos recursos naturais, ao uso, à posse e à propriedade da terra, elementos indispensáveis à reprodução da vida, à preservação dos modos de vida e à garantia de direitos.

Ainda no que se refere às ocorrências de conflitos no campo brasileiro, observa-se que 6,8% dos embates estão relacionados à água, seja por contaminação, seja por restrição de uso,

totalizando 3.485 registros. Esses conflitos envolvem, sobretudo, os setores de energia, do agronegócio e da mineração, que têm a água como base de sua reprodução e da acumulação de capital, utilizando-a de forma intensiva. Por outro lado, povos e comunidades tradicionais, populações indígenas, atingidos por barragens, pescadores e ribeirinhos, entre outros grupos sociais, veem-se progressivamente sitiados pelas ações empresariais e estatais. Como destaca a Comissão Pastoral da Terra, “é notável como a maior parte dos conflitos por água em diferentes partes do Brasil tem como origem negócios destes três setores” (Comissão Pastoral da Terra – CPT, 2025, p. 81).

Os conflitos relacionados às questões trabalhistas correspondem a 10,1% do total de ocorrências no campo brasileiro. Desse universo, 8,5% estão vinculados ao trabalho análogo ao escravo, totalizando 4.332 registros, enquanto 1,6% referem-se a situações de superexploração do trabalho, com 807 ocorrências (Comissão Pastoral da Terra – CPT, 2025). Nesse contexto de busca incessante por oportunidades de trabalho — muitas vezes distante dos vínculos familiares e comunitários — contabilizam-se 191.732 trabalhadores submetidos a condições de trabalho escravo no período analisado. Sobre essa realidade, Rodrigues (2016, p. 34) observa que

as situações de carência, pobreza e falta de recursos levam o trabalhador a vislumbrar formas adversas de sobrevivência, inclusive submetendo-se às piores formas de exploração. O trabalho escravo contemporâneo aparece como uma forma necessária ao modo de produção, mas que deve ser mantida em silêncio, com pouca visibilidade.

O autor destaca ainda que, apesar do elevado número de trabalhadores resgatados, há esforços contínuos para escamotear essa realidade por meio de discursos que buscam desqualificar tais práticas, tratando-as como meras violações de direitos trabalhistas, e não como situações de escravidão.

Um cenário de dor e (re)exigência a geografia dos conflitos evidencia-se em todo território nacional neste recorte temporal 1985 a 2023, perfazendo um total de 2969 (53,3%) dos municípios já registrou algum conflito, sendo 21.608 conflitos na região amazônica, 15.051 no Centro-Sul e 12.242 na região Nordeste. Os atores envolvidos nas ocorrências de conflitos no campo brasileiros definidos com base nos dados definidos no Atlas como causadores das ações de violência no período de 1985 a 2023 são por ordem de maior número de casos: Fazendeiros 12.868 (37,3%); Estado 6.445 (18,7%); Empresários 6.334 (18,4%); Grileiros 2.718 (7,9%); Mineradoras e Garimpeiros 2.266 (6,6%); sem informação 2.076 (6%) e outros 1.759 (5,1 %). (CPT 2025).

Na luta pela vida e pela defesa dos territórios, as categorias sociais que mais sofreram ações de violência no campo brasileiro, no período analisado, foram os trabalhadores sem-terra, com 17.400 registros (36,3%), seguidos pelos posseiros, com 8.084 ocorrências (16,9%), trabalhadores rurais, com 5.504 casos (11,5%), povos indígenas, com 4.849 registros (10,1%), outros povos e comunidades tradicionais (PCTs), com 3.822 ocorrências (8%), comunidades quilombolas, com 2.801 casos (5,8%), assentados da reforma agrária, com 2.517 registros (5,3%), situações sem identificação da categoria social, com 1.693 ocorrências (3,5%), e outros grupos, com 1.236 casos (2,6%) (Comissão Pastoral da Terra – CPT, 2025). A dimensão dessas violências envolve disputas relacionadas ao uso, à posse e à propriedade da terra, além de ameaças diretas aos direitos e à vida, despejos, expulsões e outras formas de coerção territorial.

Diante da ameaça permanente aos territórios e, em muitos casos, do risco concreto à vida, intensifica-se a atuação de diversos movimentos sociais do campo na resistência à ofensiva do capital, estabelecendo articulações e coesões em torno de demandas comuns. Essas lutas e estratégias se configuram à luz das relações de poder vigentes, ora mais favoráveis, ora marcadas por correlações de forças adversas e elevados riscos de violência. Conforme destaca a Comissão Pastoral da Terra, há períodos em que:

os movimentos estão mobilizados de maneira mais efetiva, promovendo mais ações que contribuem para a expansão das áreas de reforma agrária, territórios quilombolas, terras indígenas, dentre outros territórios do campesinato. Em outras conjunturas, promovem menos ações, dada a correlação de forças desfavorável para a obtenção de conquistas e os riscos de violência extrema e morte por ações do Estado e do poder privado (Comissão Pastoral da TERRA (CPT), 2025, p. 72).

O *Atlas dos Conflitos no Campo Brasileiro* também sistematiza dados relativos à violência contra pessoas, envolvendo atentados à vida e à integridade física e psicológica, tais como assassinatos, agressões, ameaças, torturas, crimes ambientais e incêndios, práticas que comprometem diretamente a produção e a reprodução da vida no campo brasileiro.

Nesse sentido, a compreensão da estrutura socioeconômica do país e de suas contradições torna-se fundamental para a formulação de políticas efetivas de reforma agrária, reconhecimento e demarcação de territórios, capazes de assegurar condições dignas de vida. Torna-se igualmente necessária a construção de uma ampla rede de saberes e práticas orientadas para um modelo de produção que garanta soberania alimentar, redução das desigualdades sociais, acesso à cultura e melhores condições de existência nos territórios rurais.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo construiu uma leitura de Brasil à luz das determinações globais da reprodução ampliada do capital, destacando a lógica do trabalho abstrato como uma relação social hegemônica e predominante na organização das práticas entre sociedade e natureza no país. Ao passo que a universalização do valor se efetiva como mediador geral das relações produtivas e das sociabilidades existentes como *modo de produção*, é possível verificar que este “universal” se objetiva empiricamente a partir de realidades histórico-geográficas particulares, que Santos (2004) designou enquanto “formações socioespaciais”. A mediação do particular em relação ao universal é relevante para se constatar a historicidade das condições materiais de cada formação espacial, e, por outro lado, caracterizar as relações particulares que o todo estabelece com suas diferentes partes, a partir das posições que estas ocupam na divisão hierarquizada do trabalho e no sistema de poder do capitalismo mundial. Há, pois, um desenvolvimento geográfico desigual e combinado (Smith, 1988; Harvey, 2004) que hierarquiza o espaço e distribui os proveitos e as mazelas de forma assimétrica, reproduzindo padrões neocoloniais de injustiça ambiental (Porto-Gonçalves, 2023).

Neste sentido, os desafios impostos aos países que estão mal posicionados na atual configuração da divisão internacional do trabalho são muito maiores do que àqueles que já detêm um alto nível de complexidade produtiva e melhores patamares de segurança e bem-estar social. Entende-se, por isso, não uma tentativa de hipostasiar relações – no sentido de substituir a relação entre classes por uma relação entre países – mas sim a tentativa de considerar que o desafio da classe trabalhadora brasileira está situado em um contexto histórico e geoeconômico específico, e dessa forma deve ser problematizado a partir de sua materialidade própria, ou como “formação socioespacial” particular (Santos, 2004).

Sinalizamos a especificidade da economia brasileira e demais economias periféricas quanto à crise da dívida externa nos anos 80, que estruturou a base para mudanças nas políticas fiscais, monetárias e comerciais dos países em restrição externa. O resultado foi a implosão das trajetórias nacionais de industrialização, redundando em regressão produtiva e desindustrialização. Países como Argentina e Venezuela ainda hoje carecem de condições para a superação da escassez de divisas internacionais, mesmo após 40 anos. Por outro lado, a partir da primeira década dos anos 2000, o Brasil se emancipa do endividamento externo e da fragilização monetária, ampliando as condições domésticas potenciais para uma reviravolta na política macroeconômica neoliberal.

Entretanto, as condições políticas de dominação ainda perpetuam o modelo oligárquico-rentista e a inserção neocolonial e periférica do Brasil no sistema econômico mundial. Em 2025,

o segundo maior montante de gasto público do Estado brasileiro foi o pagamento de juros da dívida pública, que correspondeu a 880 bilhões de reais (Agência Brasil/Tesouro Nacional, 2026), se forem incorporados outros custos com o serviço da dívida (amortizações, rolagem etc.), o total corresponde a mais de 1,1 trilhão de reais (Auditoria Cidadã da Dívida, 2026), tornando-se a maior despesa do Estado brasileiro naquele ano. Paralelamente, o Plano Safra 2025/2026 disponibilizou R\$ 516,2 bilhões de crédito subsidiado à agricultura empresarial (MAPA, 2025). Estas cifras denotam os reais beneficiários da política macroeconômica nacional, com forte capilaridade e influência sobre as instâncias decisórias institucionais.

A insistente aposta na maximização do uso do território nacional para fins de exportação de commodities deflagra um quadro multidimensional de consequências deletérias a longo prazo, que confrontam uma perspectiva mais profunda de “interesse nacional”, baseada na justiça social e no bem-estar coletivo. O que se atesta mediante as evidências sistematizadas pelo *Atlas dos Conflitos no Campo Brasileiro* é uma crescente incorporação de novos territórios à apropriação moderno-colonial, se traduzindo no aumento de conflitos no campo e na ampliação da violência do poder público e privado, entre 2015 e 2023. Além disso, observa-se uma série de mazelas ambientais traduzidas na redução da vazão dos principais rios que nascem no Cerrado brasileiro (Ribeiro, 2025), na ampla destruição da biodiversidade em todos os biomas brasileiros, na redução das chuvas, na redução da disponibilidade hídrica subterrânea, no aumento da temperatura média, na degradação e poluição dos solos e mananciais d’água, na destruição de modos de vida tradicionais, no êxodo rural, no aumento de casos de trabalho escravo, no aumento da insegurança alimentar local-regional.

Os respectivos autores afirmam que o cenário brasileiro atual aponta para uma “nova rodada expropriatória” (Alentejano; Wanderley, 2025, p. 13), que envolve grandes proprietários de terras e o capital transnacional, com grande incentivo e facilitação estatal. A reestruturação produtiva da quarta revolução industrial tem implicado em novas práticas de apropriação e transformação da natureza que envolvem uma crescente eletrificação e digitalização da produção, da comunicação e da mobilidade; e este processo é acompanhado pelo exponencial uso de inteligência artificial (IA), cujo processamento demanda robusta oferta de energia e disponibilidade de água para Data Centers. Para atender uma demanda por energia cada ano mais vigorosa, a multiplicação de megacomplexos de energias renováveis tem se efetivado no Brasil e em países do Sul Global de modo célere, participando como novas verticalidades (Santos, 2004) na disputa pelo sentido do território e de seu ordenamento. Estes novos equipamentos da eletrificação e da digitalização da vida social implicam em uma nova rodada

de projetos de exploração de terras raras e minerais críticos, amplificando a degradação das condições geológicas de reprodução da vida, especialmente na periferia mundial.

Por outro lado, o tensionamento dialético a este padrão de (sub)desenvolvimento reside, dentre muitos lugares e práticas, nos espaços “residuais” ou territórios contra-hegemônicos que reatualizam a lógica do autoconsumo e do trabalho voltado à satisfação daqueles que o exercem, servindo de fonte inspiradora para outras formas de sociabilidade. Territórios quilombolas, indígenas, posseiros, agricultores são objeto-paradigma para a tecitura de imaginários que construam um projeto solidário e realista de Brasil. Não obstante, ainda se nota a dificuldade estratégica, material e subjetiva na integração de “políticas de escala” de diferentes níveis espaciais. A realidade territorial de grupos sociais subalternizados deve estar articulada de forma benéfica a estes a um projeto de país que seja flexível o suficiente para fazer frente aos desafios que se impõem a partir do cenário internacional, e simultaneamente propiciar a abertura política-jurídica-econômica para sociabilidades e formas de ser-estar que se fundamentem na organização e na distribuição equitativa dos proveitos do trabalho.

REFERÊNCIAS

- AGLIETTA, Michel. *A theory of capitalista regulation: the US experience*. London: Verso, 2000.
- ALENTEJANO, Paulo; WANDERLEY, Luiz J. Sobre o Atlas dos Conflitos no Campo Brasileiro. IN: COMISSÃO PASTORAL DA TERRA (CPT). *Atlas dos Conflitos no Campo Brasileiro (1985-2023)*. Goiânia; Rio de Janeiro: CPT; FFP/UERJ; UFF, 2025.
- ARRIGHI, Giovanni. *O longo século XX: dinheiro, poder e as origens de nosso tempo*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2013.
- AUDITORIA CIDADÃ DA DÍVIDA. Juros da dívida pública federal em 2025 superam R\$ 1,1 trilhão. Publicado em 03 de fevereiro de 2026. Disponível em: <https://auditoriacidadada.org.br/conteudo/juros-da-divida-publica-federal-em-2025-superam-r-11-trilhao/> Acesso: 10/02/2026
- BACEN (BANCO CENTRAL DO BRASIL). *Estatísticas do setor externo*. Nota para a imprensa, 19 de dezembro de 2025. Disponível em: <https://www.bcb.gov.br/estatisticas/estatisticassetorexterno> Acesso: 10/01/2026
- BACHA, E.; TOMBOLO, G.; VERSIANI, F. Reestimating Brazil growth from 1900 to 1980. *Revista Brasileira de Economia*, vol.77, 2023.
- BECKER, Bertha; EGLER, Cláudio. *Brasil: uma nova potência regional na economia-mundo*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.
- BELCHIOR, Antonio C. G. Quinhentos anos de quê? In: BELCHIOR, Antonio C. G. *Baihuono*. Rio de Janeiro: MoviePlay, 1993.
- CARVALHO FILHO, Marco A. L. *A evolução histórica da justiça do trabalho e dos direitos trabalhistas no Brasil*. JusBrasil, 2021. Disponível em: <https://www.jusbrasil.com.br/artigos/a-evolucao-historica-da-justica-do-trabalho-e-dos-direitos-trabalhistas-no-brasil/1324727017>. Acesso: 12/11/2025

- CASTRO, Lavínia Barros de. Privatização, abertura e desindexação: a primeira metade dos anos 90. In: GIAMBIAGI, F. et al. *Economia brasileira contemporânea: 1945-2010*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2011.
- CHAUÍ, Marilena. *O que é ideologia*. 2 ed. São Paulo: Brasiliense, 2008.
- CENTELHAS, João Paulo R. de Castro. *Aspectos geopolíticos da contra-insurgência militar na América Latina: os fundamentos pós-2ª guerra mundial*. Blog da Editora Consequência, 2019. Disponível em: <https://blogdaconsequencia.wordpress.com/2019/06/26/aspectos-geopoliticos-da-contra-insurgencia-militar-na-america-latina-os-fundamentos-pos-2a-guerra-mundial/>. Acesso: 20/11/2025
- CHESNAIS, François. A teoria do regime de acumulação financeirizado: conteúdo, alcance e interrogações. *Economia e Sociedade*, Campinas, v. 11, n. 1 (18), p. 1-44, jan./jun. 2002
- COMISSÃO PASTORAL DA TERRA (CPT). *Atlas dos Conflitos no Campo Brasileiro (1985-2023)*. Goiânia; Rio de Janeiro: CPT; FFP/UERJ; UFF, 2025.
- ENGELS, Friedrich. Do socialismo utópico ao socialismo científico. In: MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. *Obras escolhidas: em três tomos (v. 2)*. São Paulo: Editora Alfa-Ômega, 1987.
- ENGELS, Friedrich. *A situação da classe trabalhadora na Inglaterra*. Tradução: B. A. Schumann. São Paulo: Boitempo, 2010.
- ENGELS, Friedrich. *A origem da família, da propriedade privada e do Estado: em conexão com as pesquisas de Lewis H. Morgan*. Tradução: Nélcio Schneider. São Paulo: Boitempo, 2019.
- FRASER, Nancy. *Canibal Capitalism: how our system is devouring democracy, care, and the Planet and what we can do about*. New York: Verso Books, 2022.
- HARVEY, David. *A condição pós-moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural*. São Paulo: Loyola, 1992.
- HARVEY, David. *Spaces of neoliberalization: towards a theory of uneven geographical development*. Heidelberg: Hettner-Lecture, 2004.
- HEGEL, George W. F. *Ciência da Lógica*: Excertos. Seleção e tradução: Marco A. Werle. São Paulo: Barcarolla, 2011.
- JAMESON, Fredric. *Pós-modernismo: a lógica cultural do capitalismo tardio*. São Paulo: Ática, 1997.
- MAPA (MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E PECUÁRIA). Governo Federal lança Plano Safra 2025/2026 com R\$ 516,2 bilhões para impulsionar o agro brasileiro. Plano Safra, 2025. Disponível em: <https://www.gov.br/agricultura/pt-br/assuntos/noticias/governo-federal-lanca-plano-safra-2025-2026-com-r-516-2-bilhoes-para-impulsionar-o-agro-brasileiro> Acesso em: 05/01/2026.
- MARX, Karl. *A Miséria da Filosofia*. Tradução José P. Netto. São Paulo: Global, 1985.
- MARX, Karl. *Grundrisse: manuscritos econômicos de 1857: esboço da crítica da economia política*. Tradução Mario Duayer e Nélcio Schneider. São Paulo: Boitempo, 2011.
- MARX, Karl. *O Capital: crítica da economia política*. Livro I. Vol. 1. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.
- MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. *Manifesto do Partido Comunista*. Tradução: Álvaro Pina. São Paulo: Boitempo, 1998.
- MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. *A Ideologia Alemã: crítica da mais recente filosofia alemã em seus representantes Feuerbach, B. Bauer e Stirner, e do socialismo alemão em seus diferentes profetas*. Tradução: Rubens Enderle, Nélcio Schneider e Luciano Martorano. São Paulo: Boitempo, 2007.
- MÉSZÁROS, István. *O Desafio e fardo do tempo histórico*. Tradução: Ana Cotrim e Vera Cotrim. São Paulo: Boitempo, 2007.
- MÉSZÁROS, István. *Para além do Capital: rumo a uma teoria da transição*. Tradução: Paulo C. Castanheira e Sérgio Lessa. São Paulo: Boitempo, 2011.

- MOREIRA, Ruy. *Brasil, espaço e tempo*. São Paulo: Contexto, 2024.
- PAULANI, Leda Maria. A crise do regime de acumulação com dominância da valorização financeira e a situação do Brasil. *Estudos Avançados* (USP), n. 23, v.66, 2009.
- PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. *A globalização da natureza e a natureza da globalização*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2023.
- RIBEIRO, Ronaldo. *Cerrado: o elo sagrado das águas do Brasil*. Ambiental Média, 2025. Disponível em: <https://cerrado.ambiental.media/pt/> Acesso: 10/11/2025
- RODRIGUES, Sávio José. *Quem não tem é escravo de quem tem: Migração camponesa e a reprodução do trabalho escravo contemporâneo*. Fortaleza-CE, 2016. 213 Tese (Doutorado) – Universidade Federal do Ceará, Centro de Ciências, Programa de Pós-Graduação em Geografia, Fortaleza, 2016.
- ROUSSEAU, Jean-Jacques. *Discurso sobre a Origem e os Fundamentos das Desigualdades entre os Homens*. Tradução: Maria E. Galvão. São Paulo: Martins Fontes, 2002.
- SANTOS, Milton. *Por uma Geografia nova: da crítica da Geografia a uma Geografia crítica*. São Paulo: Edusp, 2004.
- SMITH, Neil. *Desenvolvimento desigual: natureza, capital e a produção do espaço*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1988.